

GESTÃO EMPRESARIAL

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DO GRUPO BRASIL DE EMPRESAS DE CONTABILIDADE
JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO/2007

ANO 2 - Nº 3

CTIS Informática

Na trilha da gestão transparente

Previdência Falida?

Uma análise fria e distante dos holofotes da mídia

Everardo Maciel, empresário

Entrevista mostra os novos desafios do ex-secretário da Receita

AC - RIO BRANCO

ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PRADO
Rua Pará, 107 Cadeia Velha
69900-440 - Rio Branco - AC
Tel. (68) 3224-3019
www.orgconprado.com.br

AL - MACEIÓ

CONTROLE CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Guedes Gondim, 128
57020-260 - Maceió - AL
Tel. (82) 2121-0000
www.controleonline.com.br

AM - MANAUS

DHC AUDITORIA
Avenida Djalma Batista, 1007 1º. Andar
69053-355 - Manaus - AM
Tel. (92) 3182-3388
www.dhcmanaus.com.br

AP - MACAPÁ

ÉTICA INSTITUTO CONTÁBIL
Rua Mamedio Amaral da Silva, 138, Térreo
68908-300 - Macapá - AP
Tel. (96) 3241-5529
marilene@speeds.com.br

BA - SALVADOR

ORGANIZAÇÃO SILVEIRA DE CONTABILIDADE
Rua Torquato Bahia, 04 - 11º andar
40015-110 - Comércio - Salvador - BA
Tel. (71) 2104-5401
www.organizacaoasilveira.com.br

CE - FORTALEZA

MARPE - CONTADORES ASSOCIADOS
Av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres
60130-241 - Fortaleza - CE
Tel. (85) 3452-2929
www.marpecontabilidade.com.br

DF - BRASÍLIA

AGENDA CONTÁBIL
SCS, Q. 02, Bl. C, nr. 92, conj. 202/4 - ASA SUL
70302-908 - Brasília - DF
Tel. (61) 3321-1101
www.agendacontabil.com.br

ES - VITÓRIA

UNICON - UNIÃO CONTÁBIL
Rua Graciano Neves, 230 - Centro
29015-330 - Vitória - ES
Tel. (27) 2104-0900
www.unicon.com.br

GO - GOIÂNIA

CONTAC - CONTABILIDADE
Av. Oeste, 319 - Setor Aeroporto
74075-110 - Goiânia - GO
Tel. (62) 3240-0400
www.contacnet.com.br

MA - SÃO LUÍS

ASSESSORIA E CONSULTORIA REAL
Av. Borborema, quadra 18 - nº 22 - Calhau
65071-360 - São Luís - MA
Tel. (98) 3089-8900
www.assessoriareal.com.br

MG - BELO HORIZONTE

MATUR ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL
Rua Carijós, 244 - 11º andar
30120-060 - Belo Horizonte - MG
Tel. (31) 3273-8111
www.matur.com.br

MG - JUIZ DE FORA

TECOL - CONSULTORIA EMPRESARIAL
Rua Dr. João Pinheiro, 173
36015-040 - Juiz de Fora - MG
Tel. (32) 3215-6631
www.tecol.com.br

MT - CUIABÁ

CONTABILIDADE SCALCO
Rua Comandante Costa, 1519 - Térreo
78020-400 - Cuiabá - MT
Tel. (65) 3624-8816
www.scalcomt.com.br

PA - BELÉM

C&C CONSULTORIA E CONTABILIDADE
Travessa Nove de Janeiro, 2275 - 1º andar
66063-260 - Belém - PA
Tel. (91) 3249-9768
www.cec.cnt.br

PE - RECIFE

ACENE ASSESSORIA E CONSULTORIA
Rua João Ivo da Silva, 323 - Madalena
50720-100 - Recife - PE
Tel. (81) 2125-0300
www.acenecontabilidade.com.br

PI - TERESINA

ANÁLISE CONTABILIDADE
Rua Honório de Paiva, 607 - Sul Bairro Piçarra
64001-510 - Teresina - PI
Tel. (86) 3222-6337
www.analisecontabilidade.com.br

PR - CURITIBA

EACO - CONSULTORIA E CONTABILIDADE
Rua XV de Novembro, 297 - 7º andar
80020-310 - Curitiba - PR
Tel. (41) 3224-9208
www.eaco.com.br

PR - CASCAVEL

VANIN CONTADORES ASSOCIADOS
Rua São Paulo, 1721
85801-021 - Cascavel - PR
Tel. (45) 2104-7000
www.vanin.com

PR - LONDRINA

ESCRITÓRIO COMERCIAL CONTAD
Rua Senador Souza Naves, 289 - Sala 4
86010-914 - Londrina - PR
Tel. (43) 3324-4428
www.contadassessoria.com.br

RJ - RIO DE JANEIRO

DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES
Av. Rio Branco, 311 - 4º andar - Centro
20040-903 - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 3231-3700
www.dpc.com.br

RN - NATAL

RUI CADETE & ASSOCIADOS
Rua Apodi, 209
59025-170 - Natal - RN
Tel. (84) 3616-5500
www.ruicadete.com.br

RO - PORTO VELHO

D. DUWE CONTABILIDADE
Rua Júlio de Castilho, 730 - Olaria
78902-300 - Porto Velho - RO
Tel. (69) 2182-3388
www.dduwe.com.br

RS - PORTO ALEGRE

GATTI ASSESSORIA FISCAL E CONTÁBIL
Rua Santa Catarina, 361
91030-330 - Porto Alegre - RS
Tel. (51) 2108-9900
www.gatti.com.br

SC - FLORIANÓPOLIS

RG CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Dom Jaime Câmara, 77 - sala 101
88015-120 - Florianópolis - SC
Tel. (48) 3025-6424
www.rgcontadores.com.br

SC - BLUMENAU - JOINVILLE - ITAJAÍ

J. MAINHARDT & ASSOCIADOS
Rua 2 de Setembro, 2639 - 1, 2, 3 ands.
89052-001 - Blumenau - SC
Blumenau - Tel. (47) 3231-8800
Joinville - (47) 3145-8000
Itajaí - (47) 3348-8484
www.mainhardt.com.br

SE - ARACAJU

SERCON SERVIÇOS CONTÁBEIS
Rua Siriri, 513 - Centro
49010-450 - Aracaju - SE
Tel. (79) 2106-6400
www.sercontabil.com.br

SP - SÃO PAULO

ORCOSE CONTABILIDADE E ASSESSORIA
Rua Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3531-3233
www.orcose.com.br

TO - PALMAS

CONTATO CONTABILIDADE
Quadra 104 Sul - Acse I - Cj 02 Lote 02
77020-016 - Palmas - TO
Fone / Fax : (63) 3219 7100
www.contatopalmas.com.br

GBRASIL (Sede)

Rua Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo - SP
Tel. 55 (11) 3814-8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br

MUITO ALÉM DOS NÚMEROS

Números podem ser apenas números. Ou podem valer, assim como algumas imagens, mais do que “mil” palavras. Nesta edição você verá como muitos números podem traduzir ou camuflar realidades fantásticas. Começamos com o artigo do professor Roberto Piscitelli sobre o propalado déficit na Previdência. Ele nos mostra como uma sociedade inteira pode ser levada a acreditar em números, ou melhor, em um conjunto de números, no mínimo duvidosos. Vale a pena mexer neste balaio de gatos da Previdência e verificar que os balanços negativos divulgados são frutos de uma interpretação errada e o pior, sustentada por um mercado ávido em vender planos de previdência privada. O cidadão comum, trabalhador no setor privado, em especial o de média renda, já está pagando uma dupla conta por isso.

O ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, por sua vez, nos conta, em entrevista exclusiva, o que está por trás dos sucessivos recordes de arrecadação do órgão. Um período áureo que, na verdade, foi iniciado em suas duas gestões junto ao governo Fernando Henrique Cardoso. Everardo conta com clareza como o conhecimento e a tecnologia do Serpro foram decisivos nesta colheita de bons números. Destaca a superioridade do Brasil no campo da tecnologia aplicada ao sistema de arrecadação e garante: “não tem país que o supere”. O ex-secretário da Receita Federal atua hoje como consultor tributário e mantém uma empresa de prestação de serviços em Brasília, a Logos Fiscal, atendida pelo nosso associado GBrasil, Agenda Contábil.

Nossa capa traz a experiência de sucesso da CTIS, uma empresa de capital 100% nacional e fenômeno de crescimento e empreendedorismo. Atendida pelo GBrasil, a empresa este ano tornou-se uma sociedade anônima e persegue a trilha da gestão transparente, com o intuito de continuar crescendo anualmente na casa de dois dígitos e dentro de duas grandes vertentes: a de TI – com venda de sistemas *tailor made* para corporações, serviços de *help desk*, *call center*, *outsourcing* de impressão e recursos humanos; e a de megastores de produtos de informática e eletroeletrônicos. Esta última sustenta a tese de que o mercado brasileiro está valorizando o produto legal e deixando de fomentar a pirataria no segmento de eletroeletrônicos. Uma realidade traduzida no ousado plano de expansão da empresa no território brasileiro.

Por fim, um artigo do nosso colega Mário Mateus, da Matur Organização Contábil | GBrasil, nos dá o significado de empreendedorismo. Na sua opinião, o empreendedor, na acepção da palavra, se pauta muito mais por sentimentos e capacidade visionária do que nos números frios da lucratividade. Não faltam exemplos neste rico texto.

Que 2007 seja mais do que um ano somado a nossa idade, simplesmente nos tornando mais velhos. Que ele represente grandes sonhos, grandes feitos e grandes resultados ao nosso balanço pessoal. Boa leitura!



REINALDO SILVEIRA

Presidente do GBrasil

gbrasil@gbrasilcontabilidade.com.br



8 - Capa



12



3



6



21



18

Editorial 3

Em Síntese 5

Empreendedorismo 6

Casos de Sucesso 8

Entrevista 12

Consultoria GBrasil 16

Recursos Humanos 17

Análise 18

Perfil GBrasil 21

IRPF - Estrangeiros 25

IRPF - Cuidados 26

Gestão Empresarial é uma publicação trimestral do GBrasil - Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, distribuída a clientes e parceiros estratégicos em todo o território nacional

ENDEREÇO SEDE GBRASIL
Av. Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo-SP
Tel./Fax: 55 (11) 3814-8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br

CONSELHO EDITORIAL
Pedro Coelho Neto
(Marpe Contadores Associados)
Reinaldo Cardoso da Silveira
(Org. Silveira de Contabilidade)
Mário César de M. Mateus
(Matur Organização Contábil)

Manuel Domingues e Pinbo
(DPC Contadores)
Marco Armino Koche
(Contato Contabilidade)
PRODUÇÃO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO
Conteúdo Comunicação &
Luna Editora
www.conteudocomunicacao.com.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Diva de Moura Borges
diva.borges@conteudonet.com
Tel. (11) 3093.7808

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:
Fernando Luis Dias, Lucilda
Bezerra, Mário Mateus, Pedro
Coelho Neto, Rachel Melamet e
Roberto Bocaccio Piscitelli

REVISÃO
José Paulo Ferrer

PROJETO GRÁFICO
Moema Cavalcanti

ILUSTRAÇÕES
Gonzalo Cárcamo - Págs. 7 e 19

FOTOGRAFIAS
Weimer Carvalho/GO - Págs.3, 21,22
(superior), 23 (superior), 24 (à esquerda) e 28
Fernando Bizerra/DF (Agência BG
Press) - Pág 12
Leonardo Rodrigues/SP (Hype
Fotografia) - Págs. 8, 9 e Capa

As demais imagens utilizadas nesta edição nos foram cedidas de arquivos pessoais ou de setores de divulgação das empresas citadas.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:
10.000 exemplares.

IMPRESSÃO
Leograf Editora, em papel couché
115g (miolo) e couché 180g (capa)

Talentos preservados

O GBrasil, considerado hoje a maior aliança de empresas contábeis no País, tem uma característica comum entre seus 28 integrantes: é o baixo turn-over de seus colaboradores. Eles somam 1.665, sendo que 31,94% deles possuem mais de 4 anos de casa. "Isso significa preservação dos talentos, muitos deles desenvolvidos e treinados de modo contínuo", analisa Marco Amino Koche, da Contato Contabilidade, de Palmas-TO. Do total de colaboradores, 64% possuem graduação ou estão se graduando em áreas afins, sendo as principais ciências contábeis, administração de empresas, direito e economia. O GBrasil tem hoje mais de 5 mil clientes, entre empresas, entidades e órgãos governamentais.

Novo site GBrasil



O GBrasil está com novo website. Ele foi replanejado visualmente pela Webcontábil, empresa de tecnologia aplicada à área contábil e que também responde pelo sistema de intranet para clientes disponível no endereço virtual do Grupo. Além de informações atualizadas diariamente, o site mantém disponível para download, em formato PDF - Portable Document Format, todo o conteúdo da revista *Gestão Empresarial*. Acesse:

www.gbrasilcontabilidade.com.br

Mulher contabilista mostra sua força

A empresária Rosângela Gonzaga Pedrosa (foto ao lado), sócia-proprietária da Contac Contabilidade | GBrasil, foi a grande homenageada do 5º Fórum da Mulher Contabilista de Goiás, promovido em novembro pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC-GO. O evento aconteceu em Goiânia, na sede da entidade, reunindo profissionais de todo o Estado. Além da Contac, Rosângela é também proprietária da empresa agropecuária Qualit, única produtora de leite tipo A em Goiás. Nesta organização ela responde por toda a administração financeira. Hoje as mulheres representam 37% dos profissionais da Contabilidade no Brasil. Ao todo, são cerca de 145 mil mulheres contabilistas em plena atividade. Além dos eventos regionais, elas têm se organizado nacionalmente. Em junho, as contabilistas se reunirão em Florianópolis, Santa Catarina, no VI Fórum Nacional, para o qual estão elencados palestrantes do porte de Robert Wong (P&L Partnership and Learning) e Betania Tanure (Fundação Dom Cabral). Saiba mais em www.encontromulher.com.br



Sul e Sudeste custeando o Estado

As regiões Sul e Sudeste do Brasil respondem por mais de 81% da arrecadação tributária federal. Esta representação não acompanha a quantidade de habitantes. As duas regiões concentram 57% da população. O índice de participação resulta de um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT em análise comparativa com dados de crescimento populacional oferecidos pelo IBGE. A arrecadação por habitante no Nordeste em 2005 (ano escolhido pelo IBPT para análise) foi de R\$ 399,03 enquanto a do Sudeste foi de R\$ 3.268,36. Na análise estratificada da região Sudeste, o IBPT também apontou outro dado interessante. São Paulo já não é mais o mesmo, apesar de continuar ocupando o título de maior arrecadador do Brasil. O Estado caiu de uma participação de 45,63% do bolo tributário em 2001, para 40,85% em 2005. A maior renda *per capita* está no Distrito Federal, onde há recolhimentos vultosos por abrigar sedes de órgãos e empresas estatais. A arrecadação de tributos por habitante em Brasília é R\$ 15.144,12. Em seguida vem o RJ com R\$ 5.320,01 e São Paulo com R\$ 3.677,77. Os dados não incluem os recolhimentos para o INSS, que mereceu análise separada pelo IBPT. Saiba mais em www.ibpt.com.br

Recolhimento de Tributos Federais "per capita" em 2005

Norte	R\$ 472,43
Nordeste	R\$ 399,03
Centroeste*	R\$ 3.081,36*
Sul	R\$ 1.491,73
Sudeste	R\$ 3.268,36

Fonte: IBPT
* Distrito Federal sozinho representa R\$ 15.144,12 per capita na região Centroeste

A ARTE DE VER OPORTUNIDADES

Administrar com arte implica sensibilidade
para que se usem os sentidos do empreendedorismo

MÁRIO MATEUS

William Somerset Maugham (1874-1965), um contista inglês, narra a história de Albert Edward Foreman que, por dezesseis anos, desempenhara as funções de sacristão na igreja de St. Peter, em Neville Square, templo preferido pela alta sociedade em Londres.

Depois de muito tempo de atividade, o padre com quem o sacristão trabalhara foi afastado e o novo pároco, tendo se inteirado de que Foreman não sabia ler nem escrever, decidiu demiti-lo. O sacristão, naquele dia, deixou a igreja e, pensando no cigarro que fumaria antes de ir para casa, percorreu uma longa rua de Londres e, para sua surpresa, não encontrou uma só tabacaria. E veio-lhe uma idéia: com o que poupava, abriria uma pequena tabacaria. “Tabacaria e doces, naturalmente.” Sua mulher foi contra, mas o sacristão, como todo bom empreendedor, não se deixou intimidar e “respondeu que era preciso acompanhar as mudanças do tempo”.

Fundou, assim, o seu primeiro negócio. Um ano depois, tal o sucesso do empreendimento, abriu uma filial. Revelou-se excelente administrador e, no fim de uma década, contava com dez tabacarias espalhadas por Londres.

Um dia, próspero e rico, dirigira-se ao banco. Lá, o gerente chamou-o à parte:

– O senhor tem uma soma muito grande para permanecer em depósito. Já pensou como lhe conviria empregá-la?

Foreman retrucara que não queria arriscar-se, e o gerente afirmou-lhe que tinha “uma lista de títulos garantidos”, os quais lhe renderiam uma taxa de juros acima das obtidas com o depósito bancário. O sacristão confiou-lhe, então, que não sabia ler nem escrever. Mal assinava o nome, o que aprendera quando se estabeleceu como comerciante.

Assombrado, o gerente refletiu e indagou:

– O sr. realizou esse importante negócio e acumulou toda essa fortuna sem saber ler nem escrever? Meu Deus, que não seria agora, se tivesse aprendido a ler e a escrever?

– Isso eu posso dizer-lhe – respondeu Mr. Foreman, com leve sorriso. Seria sacristão da igreja de St. Peter, em Neville Square.

Esse conto de Maugham ilustra magnificamente o traço marcante da personalidade de um empreendedor. Foreman, o sacristão, tinha personalidade de empreendedor – sabia resistir na hora ingrata e não deixava que situações adversas lhe embotassem o raciocínio. O autor assim traça o perfil psicológico do personagem: “Tinha tato, firmeza e segurança. O seu caráter era inabalável”.

O estudioso de Administração Louis Jacques Filion acredita que “a essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios”. Foi o que viu o sacristão: uma oportunidade numa hora em que outros se entregariam ao desânimo e à autopiedade.

A Administração, para George R. Terry, “é uma ciência e uma arte”. “Como arte é o *know-how* para atingir um resultado desejado. É a prática adquirida através de experiências, observação e estudo; e também a habilidade em utilizar conhecimentos adquiridos dessa forma. Requer criatividade, condicionada e baseada no entendimento da administração como ciência. Portanto, a ciência e a arte são complementares. Quando uma se desenvolve, a outra também é atingida; um equilíbrio entre ambas é necessário.”

Ora, administrar com arte implica sensibilidade para que se usem os sentidos do empreendedorismo. Se o mercado se move e muda, é preciso acompanhar o movimento e

a mudança. Arte é atividade criativa, e o empreendedor, no exercício da arte da administração, tem de ajustar-se a novas conjunturas, reestruturando-se quando necessário para que não se percam os objetivos traçados.

Henry Ford, em *Minha vida e minha obra*, compreendendo a real natureza do empreendedor, afirma que “é preciso pensar no trabalho de dia, e de noite fazê-lo girar nos seus sonhos”. Aquele que tem dentro de si a chama da paixão pelo que faz, admite que o pioneiro da indústria automobilística americana tinha razão. Quem se guia pelos sonhos tem objetivos mais elevados. Por isso encontra no trabalho uma inesgotável fonte de energia. “Pensar primeiro em dinheiro, em vez de pensar no trabalho – também analisa Ford – traz o medo do fracasso, e esse medo bloqueia a via de acesso aos negócios, e faz do homem um ser amedrontado diante da competição, diante da mudança de métodos e de qualquer coisa que possa alterar a sua condição”.

É inerente ao empreendedor a obstinação pelo que faz. Tem um plano definido, conhece as suas necessidades e sabe aonde quer chegar. Não se entrega a lamentações, e seus objetivos são claramente traçados. Sabe o que quer, por isso é dotado de energia e renova-se na consecução de seu trabalho.

O empreendedor sempre tem tempo disponível para realizar o que sonha. Orienta a sua vida em direção ao que deseja no fundo do coração. Não se desvia do fim pretendido e administra o tempo, sem deixar que pequenos incidentes interfiram na caminhada.

Ford não se queixa de presumível falta de tempo: “O tempo não me era escasso porque eu trabalhava sem parar”. Sobre a concorrência, afirma com lucidez: “O tempo gasto na luta pela competição é um tempo desperdiçado; melhor seria despendê-lo na realização do trabalho”.

Pensar na concorrência é desbaratar o tempo, desfigurando-se as metas estabelecidas. As ameaças e oportunidades devem ser tratadas racionalmente. É uma questão de foco. Se se tem em mira a prestação de serviços de qualidade e o oferecimento de produtos de alto nível, neutraliza-se, assim, a concorrência, sem que em nenhum momento seja sacrificado o tempo em detrimento de nosso trabalho. Ford realizou-se e deixou uma grande obra porque teve sensibilidade para compreender a importância de um trabalho bem feito, sem permitir que se desviasse o foco para a concorrência.



Para Frederick Winslow Taylor, na gestão dos negócios, é atribuição do administrador planejar, organizar, dirigir e controlar o trabalho. Para isso, é preciso técnica e arte. Técnica é a soma dos procedimentos e métodos, exigindo de quem a aplica conhecimento específico e ordenado sobre determinado assunto. A arte requer habilidade e talento, intuição e sensibilidade para uma tomada de decisão em harmonia com os sentidos do empreendedor.

Da análise de Filion pode-se extrair ainda que o empreendedor “é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios”. São homens com tais características que abrem caminhos novos e encontram soluções para uma vida melhor. Homens assim, movidos pelo sonho de grandes realizações, podem repetir os dois famosos versos do escritor e poeta italiano Gabriele D’Annunzio: “Nunca é tarde para tentar o desconhecido, nunca é tarde para ir mais além”. □

MÁRIO MATEUS é pós-graduado em ciências contábeis, advogado e diretor da MaturOrg.Contábil|GBrasil, de Belo Horizonte-MG

CTIS NA TRILHA DA GESTÃO TRANSPARENTE

Com crescimento de 37% em 2006 e faturamento de R\$ 368 milhões, a CTIS se firma entre as maiores fornecedoras brasileiras de soluções de TI e torna-se agora uma S/A. Uma nova etapa de uma empresa nascida há 23 anos, em Brasília

DIVA BORGES

Coragem, entusiasmo e pioneirismo. Os ingredientes básicos do espírito empreendedor nunca faltaram ao analista de sistemas e administrador de empresas Avaldir da Silva Oliveira. Em 1983, aos 32 anos, ele já tinha uma sólida carreira profissional e um ótimo salário como chefe do Departamento de Informática da Companhia Energética de Brasília - CEB. Mas seu sonho era ser empresário, e ele largou tudo para dedicar-se exclusivamente a um negócio próprio.

Hoje, aos 55 anos, Avaldir é diretor-presidente da CTIS Informática S/A, uma das mais importantes fornecedoras brasileiras de soluções de Tecnologia da Informação para grandes clientes, nas áreas de governo, telecomunicações e finanças.

Com um faturamento de R\$ 368 milhões em 2006 e um quadro de 3.570 colaboradores, a companhia atua em três grandes linhas de negócio. Na área de Soluções em TI, onde está concentrado 59% do faturamento, a companhia atua com o desenvolvimento de softwares, fornecimento de licenças, *outsourcing* de recursos humanos, *outsourcing* de impressão e Contact Center & Help Desk. As outras duas linhas de negócio da CTIS são as megastores de produtos de informática e eletroeletrônicos (*veja matéria à página 11*) e o Printing Center, dedicado a impressões off set, eletrônica, de formulários contínuos e de dados variáveis.

A Agenda Contábil, representante do GBrasil no Distrito Federal, viu nascer a CTIS há 23 anos. A parceria de primeira hora com



Avaldir da Silva Oliveira, diretor presidente da CTIS: capital 100% nacional e uma das maiores fornecedoras de TI em território brasileiro

Francisco Lúcio Gomes, diretor da Agenda Contábil, foi fundamental para a organização e o sucesso do empreendimento, especialmente quando foi preciso tomar decisões difíceis e mudar os rumos do negócio.

A CTIS cresceu muito rápido e acabou criando seu próprio núcleo de contabilidade, mas mantém até hoje a Agenda Contábil como



Fábrica de softwares, projetos *tailor made* e *business intelligence*: CTIS fazendo frente a competidores internacionais com atendimento a grandes corporações e órgãos governamentais

accounting intelligence, tratando dos aspectos da legislação tributária, de análise de balanços e da parte de prevenção de contencioso. Quando diversificou sua área de atuação, passando a incluir construtoras, incorporadora e até fazenda, foi com o trabalho de consultoria que a CTIS retomou seu foco. A Agenda Contábil cuidou agora de todos os procedimentos que transformaram a CTIS este ano em uma sociedade anônima.

Esta transformação em S/A, ainda fechada num primeiro momento, não deverá mudar o clima de harmonia nos negócios. A expectativa de abertura de capital é para daqui a dois anos e o objetivo a curto prazo, segundo Avaldir, não é captar recursos, mas alcançar um nível melhor de governança corporativa, em que a transparência é fator preponderante. Pretende-se ainda dar oportunidade a colaboradores de adquirir ações da empresa e obter um controle maior do negócio, como a legislação exige.

Expansão territorial

Cada loja ou filial da CTIS aberta em locais fora do Distrito Federal precisou ou precisará de um braço do GBrasil. Assim, os empreendimentos da CTIS em Goiânia, São Paulo e Rio recorreram a outras empresas do Grupo,

especialmente no chamado campo paralegal. Em cada base nova, o GBrasil vem ajudando a CTIS a vencer os caminhos burocráticos, junto a órgãos de registro.

A CTIS poderia contratar qualquer empresa contábil em outras cidades, mas preferiu escolher as integrantes do GBrasil. “A partir do momento que estabelecemos o relacionamento com o Grupo, percebemos maior confiabilidade na prestação de serviços. Com a expansão da nossa rede de lojas, estaremos cada vez mais envolvidos, principalmente nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina”, afirma o diretor-presidente da CTIS.

A consultoria foi fundamental ainda em 1998, quando os três principais braços de negócio da área de informática da companhia se juntaram, dando origem a uma empresa de CNPJ único. Esta passou a operar como uma *holding* de serviços. A junção trouxe ganhos importantes em termos de redução de custos administrativos, tecnológicos e tributários.

Faturamento em ascensão

Foi assim que, prevendo faturar R\$ 315 milhões em 2006, a CTIS viu as cifras do ano alcançarem R\$ 368 milhões – um crescimento de 37% em relação aos R\$ 268 milhões regis-

trados em 2005, exatos R\$ 100 milhões a mais.

Das várias linhas de negócios, a que mais contribuiu para que 2006 fosse o melhor ano da história da empresa foi a de Soluções em TI, com bases de atuação concentradas em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Este segmento cresceu quase 100% com a Fábrica de Software e o Help Desk. O faturamento apenas destas duas divisões saltou de R\$ 32 milhões em 2005 para R\$ 62 milhões no ano passado.

A companhia planeja faturar R\$ 455 milhões em 2007, 23% mais que em 2006, alcançando um crescimento de 68% em apenas dois anos. Hoje a CTIS ocupa o 48º lugar no ranking “Maiores e Melhores” da Revista Exame, onde figuram empresas do porte de IBM, Siemens e Nokia. Em 2005, foi considerada pela Symantec a melhor parceira em vendas e a poderosa Microsoft a reconheceu como a loja de varejo de Melhores Iniciativas e como Melhor Loja Especializada.

Cientes de peso e tradição

Com mais de cem clientes corporativos, entre iniciativa privada, empresas de economia mista e órgãos governamentais, a CTIS atende corporações como Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú, Petrobras, Eletronorte, Embratel, Telefônica, Vivo, Fiesp, Serpro, Prodam, Advocacia Geral da União, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Correios, Ministérios da Agricultura, Saúde, Transporte, Turismo, Esporte, Desenvolvimento Social, Dataprev, Sabesp e Governo do Estado de São Paulo, entre outros. Muitos deles possuem um relacionamento de longa data.

Com a Fábrica de Software, seara de grandes *players* internacionais, a CTIS marca seu diferencial oferecendo não apenas softwares personalizados, mas um projeto global de análise e modelagem de processos organizacionais dos clientes, orientando e acompanhando a empresa na transição e correta aplicação dos sistemas de suporte ao negócio. Entre seus clientes nesta área estão o Banco ABN e a Secretaria de Segurança Pública de SP. Alinhado aos sistemas *tailor made* está o *outsourcing* de talentos, em que ela leva ao cliente profissionais com *expertise* em TI.

O *outsourcing* de impressão, por sua vez, abraça hoje demandas de empresas do porte da Gol Linhas Aéreas e da Nossa Caixa.

A CTIS está apostando também suas fichas no serviço de *help desk*, no qual tem diferen-

ciais competitivos. Mais sofisticado que um *call center* tradicional, o serviço está alocado na estrutura da CTIS, atendendo o cliente interno das empresas contratantes. Atualmente são 16 grandes clientes de *contact center* e 550 posições (atendentes) alocadas no Rio de Janeiro, Brasília e Recife (PE), onde uma filial técnica atende especificamente a Infraero, com *outsourcing* de talentos.

A CTIS é hoje responsável pelo *help desk* da Petrobras, do Centro de Pesquisas da Telebrás (Campinas) e Ministérios da Agricultura e da Saúde, entre outros. Quando um funcionário de uma dessas organizações liga com dúvidas sobre o funcionamento, físico ou lógico, de seu computador, impressora ou mesmo de um software, o atendimento do *help desk*, personalizado, orienta o funcionário sobre determinados procedimentos que podem reverter o problema. Caso a questão não seja resolvida, o cliente é encaminhado para um segundo nível de atendimento, no qual especialistas darão mais esclarecimentos. Se esta instância ainda não resolver, um grupo de campo vai até o local, por meio de uma ordem de serviço, para solucionar pessoalmente o problema.

Sem fuga de talentos

Para administrar tantos negócios distintos com a maior eficiência possível, a CTIS S/A aposta na transparência nos números e na perenidade na atuação. A empresa tem 38 gestores, alguns atuando na companhia há mais de 12 anos, como o novo sócio Fernando Lopes Coelho – dono de 10% da companhia e responsável pelo segmento de lojas e megastores – que entrou para o grupo em 1990.

“É muito difícil um colaborador nos deixar ou alguma companhia retirar algum de nossos executivos. Praticamente não há fuga de talentos. O segredo? Uma carta de valores e ações de endomarketing muito bem definidas”, orgulha-se o empresário Avaldir da Silva Oliveira.

Quadro de Colaboradores Diretos da CTIS

Helpdesk e Call Center	1.100
Outsourcing de Talentos e Fábrica de Software	2.000
Administração	140
Lojas (Megastores)	210
Printing Center	120
Total	3.570

Saiba mais sobre a CTIS em www.ctis.com.br



CTIS Megastore recém-inaugurada em Goiânia: sucesso de vendas e planos de expansão do modelo por todo o Brasil

CTIS QUER EXPANDIR MEGASTORES DE INFORMÁTICA

Facilidade de compra como em um supermercado *self-service*, grade completa de produtos como em lojas especializadas e grifes cobijadas como nas boutiques. Este é o perfil da rede de Megastores CTIS, focadas na venda de produtos de informática e eletrônicos e responsáveis por grande parte do sucesso da companhia em 2006 – o faturamento das três lojas de Brasília saltou de R\$ 56 milhões em 2005 para R\$ 110 milhões no ano passado.

Em dezembro, foi inaugurada a primeira megastore fora do Distrito Federal, em Goiânia. O sucesso foi tamanho em apenas um mês de funcionamento que já está prevista a abertura de outra loja na cidade em 2007. Até 2010, serão 15 megastores CTIS espalhadas pelo País. Em 2008, a empresa planeja expandir o modelo para o Estado de São Paulo, em cidades que tenham acima de 400 mil habitantes, para Curitiba e principais cidades do interior do Paraná.

O conceito de loja no estilo supermercado de tecnologia foi inaugurado no País em 1991 pela CTIS, em Brasília. Em 2000, a empresa inovou mais uma vez, implantando a maior loja especializada em informática dentro de um shopping center. Em 2003 surgiu a CTIS

Megastore, uma loja com mais de 1.400 m² dedicados à venda de produtos de TI, a maior operação varejista de informática no Brasil.

O site das megastores tem uma visitação enorme, mas funciona mais como uma vitrine virtual, representando atualmente 3% do faturamento. “A compra em geral é feita nas lojas, o que para nós é interessante porque o cliente vê outras coisas pelas quais se interessa e adquire mais produtos”, explica Avaldir Oliveira, diretor presidente da CTIS.

Para quem aprecia informática, as lojas da CTIS são um verdadeiro paraíso de consumo. Quem quiser montar sua própria estação de trabalho, em casa ou no escritório, vai encontrar desde componentes básicos como memórias, processadores e placas até gabinetes, monitores, impressoras, acessórios e softwares. Também estão nas prateleiras todas as tentações tecnológicas das melhores marcas, como câmeras digitais, TVs de plasma e LCD, consoles, games e telefonia.

O segmento Megastores da CTIS tem ainda uma Central de Televendas, um Departamento de Vendas Corporativas para atendimento personalizado a empresas e governo e um Departamento de Locação de equipamentos de tecnologia.

EVERARDO MACIEL

Consultor tributário e ex-secretário da Receita Federal

APÓS OITO ANOS À FRENTE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NO GOVERNO FHC, EVERARDO MACIEL DECIDIU ABRIR MÃO DE VÁRIOS CONVITES PARA CARGOS DE CONFIANÇA E APOSENTAR-SE DO SETOR PÚBLICO, ONDE FEZ CARREIRA. AOS 55 ANOS, ABRAÇOU O DESAFIO DE SER UM PRESTADOR DE SERVIÇOS, CRIANDO EM 2003 A LOGOS CONSULTORIA FISCAL. NESTA ENTREVISTA EXCLUSIVA À *GESTÃO EMPRESARIAL* ELE DESCREVE OS SERVIÇOS QUE PRESTA, AVALIA A ATUAL POLÍTICA FISCAL E O QUE SEU TRABALHO NA SRF REPRESENTOU PARA A POLÍTICA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

POR DIVA BORGES

A ENTREVISTA FOI CONCEDIDA NA SEDE DA Logos Consultoria Fiscal, em um edifício comercial localizado no setor de Autarquias Sul, em Brasília, e que tem como plano de fundo a Esplanada dos Ministérios. Em quase duas horas de conversa, Everardo Maciel expôs com convicção e clareza os dramas enfrentados no setor tributário brasileiro tanto sob o ponto de vista governamental – onde esteve embrenhado anos a fio –, quanto do empresariado, para o qual deixa claro que nunca fez vista grossa a suas demandas, a despeito da sua grande fama de arrecadador voraz. Pelo contrário, sempre que possível, buscou atender aos pleitos do setor produtivo tendo como diretriz a adoção de “pequenos passos na direção correta”, longe de grandes planos miraculosos. Hoje divide seu tempo entre consultorias e a cátedra. É professor de Política Fiscal em cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e do Instituto Brasiliense de Direito Público, em Brasília. Considerado uma referência mundial quando o assunto é tributação, Maciel ocupa ainda o *staff* de consultores seniores do Fundo Monetário Internacional - FMI e detém em seu currículo o título de ex-presidente do Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT. Com a liberdade de estudioso dos sistemas tributários, afirma que o ICMS é uma aberração que poderia ser corrigida com



soluções simples. Entre elas a diminuição do número de alíquotas e o fim gradativo de qualquer tipo de isenção, como forma de acabar com a guerra fiscal entre estados. A CPMF seria um remédio com dosagem um pouquinho acima do necessário e, por isso, deve ser olhada com zelo. Entende a Lei de Responsabilidade Fiscal como uma norma com ótimas intenções, mas sem a coerção necessária. Dessa fonte inesgotável de saber tributário foi tarefa hercúlea sintetizar o mais importante nesta entrevista. A pergunta final ficou com essa brecha: não existe nenhuma obra nas livrarias de autoria de Everardo Maciel. Sorriu. “Sim, me cobram isso”, afirmou, alegando a falta de tempo.

Gestão - O que é a Logos?

Everardo Maciel – É uma empresa de consultoria tributária que pretende desenvolver soluções envolvendo sobretudo a concepção de projetos na linha de estudos, fazendo jus ao nome “logos” (estudo, em grego). Ela não procura soluções para problemas de planejamento fiscal, questões demasiado pontuais ou relacionadas com o contencioso fiscal. Nossa visão é de futuro: dado um problema de natureza estrutural tributário, procurar uma solução que possa ter uma conformação normativa que o solucione.

Gestão - Qual seria então o perfil de cliente da Logos: grupo de empresas, setores produtivos, entidades empresariais?

Maciel – Especialmente setores, não tanto empresas. Mas há casos atendidos também de empresas, com determinado problema tributário estrutural para o qual caiba buscar uma solução, com viabilidade razoável e boa construção jurídico-tributária. Elaboramos diagnósticos, sugestões de solução e encaminhamos à empresa para que ela possa escolher o curso que julgar conveniente, no âmbito administrativo ou legislativo.

Gestão - O sr. pode nos dar um exemplo desse trabalho?

Maciel – Em determinado segmento, tínhamos um grupo de empresas que enfrentava o que chamamos de desvios tributários concorrenciais. Havia uma desigualdade na competição de mercado por questões de natureza tributária. A Logos trabalhou no sentido de produzir um texto que, ao final, embasou alteração no artigo 146 da Constituição Federal.

Gestão - Quando a Logos surgiu?

Maciel – A Logos teve início depois que deixei o governo e cumpri o período de quarentena. Saí por vontade própria. Hoje, passados quatro anos, posso dizer: recebi convite do então ministro Palocci para permanecer no Ministério da Fazenda. De igual forma, vários governos estaduais me sondaram para ser secretário de Fazenda. Estava com 55 anos em 2003, nunca havia trabalhado no setor privado. Se permanecesse mais tempo no setor público, certamente poderia concretizar esse projeto apenas agora, quando estivesse perto de 60 anos. Ficaria cada vez mais difícil sedimentar esse trabalho. Assim, aposentei-me do setor público e comecei uma segunda profissão.

Gestão - E o sr. considera que escolheu o momento certo?

Sim, escolhi. Se formos avaliar, qualquer

cargo público, de confiança, todos são temporários, finitos. Têm, em geral, a duração de um mandato. Aliás, é fundamental que isso ocorra para que se oxigene a administração pública, além de dar concretude à renovação, um dos principais postulados da democracia.

Gestão - O que é mais confortável ou gratificante em termos pessoais: estar no poder público ou ser um empreendedor?

Maciel – São duas coisas completamente distintas e não podem ser comparadas. O setor público é uma atividade quase missionária, na minha aceção. Você exerce uma atividade com uma remuneração discreta e, portanto, tem um valor distinto. Ela é mais enobrecedora. No setor privado, a situação é completamente diferente: converte-se em prestação de serviço, em que se troca conhecimento qualificado, por remuneração. Na área pública, a maior paga é o reconhecimento do serviço prestado.

Gestão - Mas bem que o sr. gerava muitos lucros para o Tesouro...

Maciel - São situações distintas. Uma era regida pela ética da responsabilidade e a outra, do setor privado, pela ética da convicção.

RECEBI CONVITE DO MINISTRO PALOCCI PARA PERMANECER NA FAZENDA. ASSIM COMO DE GOVERNADORES PARA SECRETARIAS ESTADUAIS

Gestão - Como está sendo sua experiência do lado de cá do balcão? Ou seja, de arrecadador para arrecadado?

Maciel - Tem suas vantagens e desvantagens. A grande desvantagem é não poder desenvolver o que seria a essência da atividade pública – empreender projetos de alcance social. Em contrapartida, no setor privado, você está menos na vitrine, menos exposto, e tem condições de cuidar mais de si mesmo e de fazer lucro, o que não é possível no setor público.

Gestão - Na sua avaliação, o sr. teve um bom sucessor na Secretaria da Receita Federal?

Maciel - Sem dúvida nenhuma. Jorge Rachid é uma excelente pessoa, tanto do ponto de vista profissional, como de conduta. Está fazendo um belo trabalho e tenho orgulho de ter sido ele meu adjunto e estar correspondendo à expectativa daqueles que o nomearam.

Gestão - Ele deu continuidade ao seu trabalho na SRF?

Maciel - Sim. Claro que cada um tem seu estilo,

seu toque pessoal. Mas, muitas coisas concebidas na minha época foram implementadas na atual gestão, com muito sucesso.

Gestão - Por exemplo?

Maciel - A certificação digital, os medidores de vazão nas indústrias de bebida. A atual administração tem tido muito êxito com esses projetos. Apesar das reclamações de alguns, posso dizer que a atual administração tem logrado manter os recordes sucessivos de arrecadação etc. Sem entrar no mérito dessa discussão, secretário da Receita é ruim quando frustra a previsão de receita

Gestão - Ao que parece, não é o caso do sr. Rachid.

Maciel - De forma alguma. A propósito, apesar de raro, esse é um caso em que o sucedido torce pelo sucessor.

é que o Simples não incluía muitos setores de serviços. Na época, defendi isso com absoluta consciência. Havia, entretanto, uma resistência imensa da Previdência Social. A alternativa consistiu em incluir apenas alguns setores de serviços. Era preferível dar um pequeno passo, incluindo a Previdência, do que criar um fato que levasse a uma situação de antagonismo e ruptura.

Gestão - E hoje, como está essa resistência de incluir outros segmentos do setor de serviço?

Maciel - Ela continua sob o falso argumento de perda de arrecadação. Pode-se corrigir isso por meio de alíquota e não com exclusão. Se existem atividades que têm margens distintas, elas devem ser compensadas por meio de alíquotas distintas e não com a exclusão do sistema. Tal como no lucro presumido, em que a alíquota da indústria e comércio é distinta daquela aplicada no setor de serviço. Estaríamos, então, usando modelos já conhecidos e corretos. Na época, tive que sustentar a posição contrária à inclusão das demais atividades de serviço porque estava na liderança do processo. Entretanto, não era minha convicção pessoal, era minha responsabilidade.

Gestão - O sr. acha que o Simples caminha na direção de contemplar os setores de serviço excluídos?

Maciel - Acredito que vai caminhar; isto é inevitável. Há uma convicção no mundo inteiro, de que a maior demanda em relação aos sistemas tributários é simplificar. Dessa forma, tudo que aponta nesta direção é caminho do futuro.

Gestão - O sr. acha que o governo se surpreendeu com os resultados do Simples?

Maciel - Para mim não houve surpresa. Foi um experimento de absoluto sucesso. Tanto que não existe um único caso, dentre as mais de três milhões de empresas registradas no Simples, de pedido de exclusão do sistema. Isto quer dizer: este é um bom sistema, que agrada às empresas. E é bom para o fisco, pois a sonegação gosta da complexidade.

Gestão - A sonegação está mais entre os grandes?

Maciel - Não vincularia esta questão ao porte: pequenos, médios e grandes sonegam. Quem sonega é sonegador, independentemente do regime de tributação ou porte.

Gestão - Existe uma voz uníssona entre contadores de que há um excesso de obrigações acessórias, especialmente relacionadas às informações ao fisco, com certa falta de racionalidade

NÃO TINHA DÚVIDA DE QUE PODERIA TER INCLUÍDO OUTRAS EMPRESAS DE SERVIÇO NO SIMPLES, MAS HAVIA RESISTÊNCIA ENORME DA PREVIDÊNCIA

Gestão - O governo Lula tem conduzido bem a política tributária?

Maciel - Acho que sim. Claro que tem um ponto ou outro sobre o qual divirjo, mas no geral está conduzindo bem. Palocci fez algo que é muito louvável e devemos dar crédito, que foi evitar a politização da Receita Federal. Foi um trabalho imenso que tive na minha administração: despolitizar o órgão. Certas partes da SRF eram verdadeiras capitâneas hereditárias e eliminamos tudo isso.

Gestão - Em relação aos detalhes de normatização no campo tributário, qual a sua avaliação do Supersimples?

Maciel - Sou suspeito para falar desse assunto porque o Simples é uma tese que desenvolvi; é um filho meu. Ele surgiu como uma experiência. É claro que havia limitações e tínhamos consciência delas à época. Mas, creio que quando não podemos dar um passo inteiro, devemos dar um meio passo na direção correta. Quando o lançamos, não alcançava estados e municípios. E nem poderia, pois nos faltava fundamento constitucional. A adesão de estados e municípios somente poderia ocorrer pela via do convênio, o que é muito difícil. Havia, como há, grandes resistências corporativas no âmbito da federação brasileira. Outro problema

nestas solicitações. O sr. concorda com isso?

Maciel - Não, não concordo. Acho que existem algumas obrigações principais que estão erradas e que acabam gerando obrigação acessória. Por exemplo, há um certo exagero de retenção na fonte e isto deveria ser repensado. Mas, nesta questão de obrigações acessórias, o que conta não é a quantidade, e sim a dificuldade que se tem de prestar essa informação. Hoje o Brasil é campeão mundial em facilidade de prestação de informação sobre tributos. Não tem ninguém que o supere. Os outros países têm um número menor porque têm mais dificuldades em prestar essa informação. O que facilitou aí foi o meio, a internet. Agora, se existem informações solicitadas em duplicidade, é algo pontual, a ser resolvido. E outra: o que é fiscalizar? Fiscalizar é comparar. Você necessita de duas informações. Ou seja, não é ter uma informação e mandar o fiscal a campo. É ter duas informações no sistema que possam ser comparadas.

Gestão - Como o Brasil está classificado em termos de aparelhamento tecnológico de suporte à arrecadação tributária?

Maciel - O Brasil ocupa hoje o primeiro lugar numa escala em que não há segunda posição. Ou seja, ele não tem competidor em matéria de uso de tecnologia de administração tributária. Não existe nada sequer parecido com que o Brasil possui hoje. E digo isso numa comparação com países do Primeiro Mundo. Um exemplo dessa superioridade é a entrega do IRPJ totalmente feita pela internet. Não existe outro país onde todas as pessoas jurídicas prestam declarações pela internet.

Gestão - Somos modelo então?

Maciel - Sim. Recordo-me que Bill Gates, em seu site, recomendava aos Fiscos do Primeiro Mundo – notadamente, os Estados Unidos e Austrália – a seguirem o modelo brasileiro.

Gestão - Por que tivemos, ou melhor, conquistamos tanto sucesso nesta área?

Maciel - Foram investimentos e decisões importantes tomadas no momento certo. Elas aconteceram a partir de 1995 e graças à importante participação do Serpro. Este órgão vivia em contínuo atrito com a Receita Federal. Quando assumi a direção da SRF, consegui trazer esse time do Serpro para jogar do nosso lado e não contra. Os próprios funcionários da Receita também, muito preparados e animados, estabeleceram com eles uma sinergia. Esta é

uma história longa, mas criou-se um exemplo para estados e municípios, que passaram a seguir a mesma linha. Uma das diretrizes da minha administração foi simplificar as regras tributárias, intensificar o uso dos meios de informação, tornar ágil e moderna a administração tributária.

Gestão - Como foi essa “luz” que o levou a procurar o Serpro?

Maciel - No período imediatamente anterior ao da SRF, fui secretário da Fazenda do Distrito Federal, onde desenvolvi uma boa parceria com o órgão. Quando fui para a Receita, não via nenhuma razão para fazer restrição ao Serpro. Ao contrário, entendia que era o momento de trazê-los para o nosso lado. As primeiras experiências com a tecnologia foram um desastre... (*risos*). A minha declaração de imposto de renda foi transmitida pela internet e foi para o “ar”. Mas testamos bastante em casa o modelo antes de levar ao contribuinte. Vale lembrar também a implantação dessa tecnologia na área aduaneira. Foi um marco importantíssimo e de difícil implementação no qual me envolvi pessoalmente. Recordo-me que o Siscomex entrou em funcionamento no dia primeiro de janeiro de 1997. Cheguei em casa, às vésperas do Ano Novo, preparando-me para enfrentar mandados de segurança e todas as formas de sabotagem para evitar que aquilo funcionasse. E funcionou.

Gestão - Foi uma batalha...

Maciel - Uma batalha campal. Imagine hoje como seria a área aduaneira do País se não fosse este instrumento. Simplificou principalmente a vida dos contadores que faziam tudo manualmente, levando à Receita documentos e declarações. Era um inferno e com regras duras.

Gestão - Como jornalista, lembro-me de duras reclamações dos contadores para adiamento de prazos do Imposto de Renda.

Maciel - Antes não havia nem data de entrega das declarações de IR. Enfrentei todo tipo de desconfiança interna e externa para manter uma data fixa de entrega. Mas o trabalho mais complexo foi o do CPF. Chegamos a cancelar 60 milhões de CPFs numa operação discreta de cadastramento. Ninguém percebeu que esse era um meio para cadastrar. Criou-se a declaração de isento, com formas heterodoxas de declarar. Hoje, 30 milhões de brasileiros fazem sua declaração por meio de lotéricas. É um fato sem precedentes no mundo. Uma solução criativa e eficiente. ■

► O que são arquivos digitais previdenciários e quem está obrigado a apresentá-los à fiscalização? Quais as penalidades na falta da apresentação?

ORGANIZAÇÃO SILVEIRA | GBRASIL RESPONDE – Arquivos digitais são dados gravados nos sistemas de processamento eletrônico de informação para registrar diferentes atividades de uma organização. As pessoas jurídicas que utilizarem este instrumento para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal ficam obrigadas a manter, à disposição da fiscalização, os respectivos arquivos digitais e sistemas, pelo prazo previsto na legislação tributária.

Esse prazo, perante a Previdência Social, nos termos da Lei 10666/2003, é de 10 (dez) anos. As pessoas optantes pelo regime de tributação Simples estão dispensadas de manter essa obrigação (§ 2º, art. 72 da MP nº 2158-35).

A penalidade pela não entrega dessas informações ao Fisco é o pagamento de multa, variável de R\$ 11.568,83 a R\$ 115.683,40, conforme artigo 283, do Decreto nº 4862, e atualização de valores trazida pela Portaria nº 119/06. □

► É possível uma sociedade limitada distribuir seus lucros entre os sócios em proporção diferente da participação no Capital Social?

MARPE | GBRASIL RESPONDE – A distribuição de lucros feita em proporções diferentes à participação no Capital Social pode ser praticada em duas circunstâncias.

Primeiro: de que exista previsão dessa prá-

tica no Contrato Social, inclusive com a definição dos percentuais devidos a cada sócio.

Segundo: inexistindo a previsão contratual, através de reunião ou deliberação dos sócios.

A adoção dessa forma de distribuição dos lucros sem o emprego dos procedimentos citados estará em desacordo com o art. 1007 do Código Civil Brasileiro.

Ressaltamos, ainda, que, de acordo com o artigo 1.008, é nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas. □

► A realização de reunião dos cotistas prevista no Código Civil é obrigatória para qual tipo de sociedade? A ata deve ser arquivada na Junta Comercial?

MARPE | GBRASIL RESPONDE - O Novo Código Civil brasileiro estabelece que os sócios das sociedades limitadas deverão deliberar sobre determinados assuntos formalmente, conforme estabelecido no art. 1.071, ou seja, através de reunião ou deliberação.

Segundo o artigo 1.072, as assembléias são obrigatórias somente para as empresas que possuem mais de 10 cotistas.

Quando as decisões acarretarem alteração do contrato social, cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa – presidente e secretário dos trabalhos – deverá ser levada a arquivamento na Junta Comercial nos 20 (vinte) dias subseqüentes à data da assembléia.

O fundamento dessas exigências encontra-se no artigo 1.075, § 2º, do Código Civil/2002). □

Consulte o GBrasil:
consultoria@gbrazilcontabilidade.com.br

O 'COACHING' E A MATURIDADE PROFISSIONAL

Encontrando a serenidade para apurar os problemas

FERNANDO LUIS DIAS

Sempre fiquei intrigado em entender por que algumas pessoas enfrentam os desafios e obstáculos da sua vida profissional de forma natural, sem criar grandes tempestades ou alvoroços no ambiente de trabalho. Tenho observado a trajetória de muitos profissionais, em diferentes momentos de vivência profissional, sejam jovens universitários em início de carreira, profissionais experientes ou executivos, e chama a atenção o fato de que, em cada um desses grupos, algumas pessoas parecem mais preparadas para enfrentar situações desafiadoras, apesar de possuírem níveis assemelhados de formação e padrão de conhecimento.

Acredito que, além de características de personalidade e de estilo pessoal, exista um outro aspecto que possa explicar esse fato. A essa característica chamo de maturidade profissional, sem nenhuma conotação ligada à idade, mas sim a um momento especial da trajetória profissional de cada um em que a pessoa está plenamente preparada para enfrentar com tranquilidade as atividades e responsabilidades da sua posição na empresa.

Consultando o dicionário encontramos dois significados que podem expressar exatamente o que quero comentar. Para maturidade um dos significados destacados é o *"grau em que as atitudes, a socialização e a estabilidade afetiva de um indivíduo refletem, como característica normal do homem adulto, um estado de adaptação ou ajustamento ao seu próprio meio"*. Para maduro encontramos o seguinte: *"Em estado de produzir o resultado que se espera (negócio ou pretensão)"*.

Sendo assim, vejo a maturidade profissional muito associada à palavra serenidade, que possibilita apurar corretamente o tamanho dos problemas, sem exagerar nas suas dimensões

ou conseqüências e, a partir daí, poder tomar as atitudes mais adequadas para a sua solução. Volto a enfatizar que a maturidade profissional não está relacionada à idade e sim a uma vivência profissional e aprendizado que possibilitam à pessoa atingir esse estágio.

Nessa direção é que acredito que o *coaching* possa ajudar nesse aprendizado, na medida em que é um processo focado na aquisição ou aperfeiçoamento de habilidades para incremento da performance, buscando a adequação da atuação do profissional às expectativas de resultados da organização. O *coaching* tem como meta principal permitir ao profissional desempenhar adequadamente o papel para o qual a organização o contratou, ou seja, com maturidade profissional.

O *coaching* passa a apresentar melhores resultados em um processo estruturado, efetivamente focado na diminuição dos *gaps* de competências pessoais do orientado, alinhado às expectativas organizacionais, mas que tenha objetivos, ações, prazos e métricas de avaliação dos resultados devidamente delineadas entre o *coach* e o orientado.

Como todo processo, o *coaching* tem limitações. Ele não substitui a vivência profissional da pessoa e, também, depende da empatia entre o consultor e orientado, do nível de competência dos dois e da dedicação do orientado. Mas, a sua metodologia estruturada possibilita vencer essas limitações e contribui para o desenvolvimento da maturidade profissional, pois alinha o desenvolvimento da pessoa com os desafios do negócio. Ao mesmo tempo, orienta ações práticas, relevantes e focadas nas suas necessidades, numa ação individualizada. ■

FERNANDO LUIS DIAS é consultor de carreiras na Career Center e coordenador de Pesquisas do Fórum Líder RH

A PREVIDÊNCIA ESTÁ FALIDA?

A opinião pública foi envenenada no debate sobre a Previdência. Contribuíram para tal, sobretudo, setores ávidos de abocanharem esta formidável fatia da poupança potencial nacional

ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI

Nos últimos anos, tornou-se comum a afirmação largamente difundida pela mídia em geral – e por setores governamentais – de que o déficit da Previdência é explosivo, daí a necessidade de reformas. Algumas delas já foram efetuadas, mas elas parecem sempre insuficientes. Analisemos rapidamente a situação previdenciária do setor privado, o chamado regime geral, pois a situação do setor público é absolutamente distinta e requer outro tipo de abordagem, que aqui não cabe. Entretanto, vale lembrar que, de acordo com os dados do último relatório da execução orçamentária do governo federal, de novembro de 2006, as despesas de pessoal – onde se incluem as com a previdência dos servidores públicos – representaram, no ano, 28,5% das receitas correntes (não se incluem, portanto, as de capital) líquidas (já deduzidas transferências constitucionais e legais, contribuições para o PIS/PASEP, além das contribuições dos empregadores e dos trabalhadores para a Seguridade Social, e as dos próprios servidores). No conjunto das despesas de pessoal, as aposentadorias, reformas e pensões respondiam por 42% do total, sendo que, desses 42%, 36% são reformas e pensões militares, isto é, mais de 1/3 do total, o que constitui uma relação bem superior à que representam esses servidores no contingente de servidores públicos da União. É importante notar – pois a divulgação desses dados nunca é tratada com rigor e isenção –, assim, que as aposentadorias e pensões dos servidores civis representa 7,6% das receitas correntes líquidas.

Vamos agora, então, ao regime geral, objeto principal deste artigo. Tem sido anunciado com insistência que o déficit de 2006 deverá

situar-se ao redor de R\$ 42 bilhões. É preciso levar em conta, antes de qualquer análise mais minudente, que a Constituição de 1988 concebeu a seguridade social como um sistema mais amplo, em que se incluem, além da Previdência, a Saúde e a Assistência. Este foi o modelo, o que justificou a criação e aumento de várias contribuições – inclusive, posteriormente, de fontes diversas de financiamento, não partilháveis com os Estados e Municípios, sobre bases diversas: remuneração do trabalho, faturamento, lucro, concursos de prognósticos, movimentação financeira, de empregadores, empregados e demais trabalhadores.

Conhecemos esses tributos por várias denominações, além da própria contribuição dita “sobre a folha”, mas que, na realidade, incide sobre a remuneração do trabalho de um modo geral: COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro, CPMF e, até, PIS/PASEP. Para isso a Constituição inclusive determinou a elaboração de orçamento específico, o da seguridade social. Mais tarde, por algumas dessas razões que só no nosso País se justificariam, resolveram diluir o sistema e atribuíram – de forma duvidosa e questionável – apenas à contribuição sobre a remuneração do trabalho o financiamento da Previdência Social.

Sobre o assunto, alguns especialistas se têm debruçado, mas, particularmente o Tribunal de Contas da União há alguns anos vem demonstrando que a seguridade social é superavitária. No relatório de contas relativas a 2005, por exemplo, o TCU concluiu que, “caso não houvesse desvinculação de 20% das receitas de contribuição, por força da Emenda Constitucional nº 27/2000, a seguridade social apresentaria saldo positivo de R\$ 19,1 bilhões.



Parcela dos recursos desvinculados do orçamento da seguridade social financiou despesas do orçamento fiscal no exercício de 2005 ou contribuiu com 34% do superávit primário alcançado pelo governo federal no exercício”.

A questão é que, mesmo sob o conceito estrito da Previdência, dentro do qual o assunto vem sendo tratado, começa a ficar mais clara a inconsistência dos valores indicados. Há sérias distorções contábeis, de classificação, de segregação, que, por razões variadas, permaneceram obscuras ao longo dos anos. O próprio ministro da Previdência vem alegando que o propalado déficit de R\$ 42 bilhões se reduziria a R\$ 22 bilhões. R\$ 5,1 bilhões e R\$ 4,3 bilhões decorrem de renúncias fiscais, referentes, respectivamente, ao Simples e a entidades filantrópicas, que não recolhem as parcelas do empregador (a exemplo do que ocorria com o setor público). Haveria mais R\$ 1,8 bilhão das exportações de produção rural (Emenda Constitucional nº 33) e R\$ 285 milhões em gastos com CPMF resultante do pagamento de benefícios. E, ainda, R\$ 8,5 bilhões da CPMF, que deveriam ser computados como receita e entram como necessidade de financiamento, muito embora 0,10% da Contribuição (de 0,38%) tenham sido constitucionalmente destinados à Previdência.

Estes dados e os cálculos detalhados constam do Anexo IV-11 à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007. No caso das renúncias, assinala-se que se trata de políticas setoriais

ou nacionais, cujo ônus foi transferido para a Previdência.

Outro fato praticamente desconhecido, decorrente dessa “mistura” de contas, é que R\$ 28,4 bilhões correspondem ao déficit do setor rural. Ou seja, há uma total promiscuidade entre Previdência e Assistência, sem cuja discriminação não será minimamente possível iniciar a discussão sobre o assunto. Ou se admite que a Previdência contrapõe, de alguma forma, contribuição e benefício, e que

A PREVIDÊNCIA NÃO ESTÁ FALIDA, NUNCA ESTEVE. O ESTADO, OU MELHOR, A SOCIEDADE É QUE PODE TER PERCEPÇÕES DIFERENTES

a Assistência é incondicional, ou teremos de rever conceitos básicos de Finanças Públicas e reavaliar a aplicação dos regimes de repartição e capitalização.

Há um outro lado obscuro que também não tem sido suficientemente levado em conta: são as fraudes, os pagamentos indevidos, os “fantasmas” e outros seres sobrenaturais. Em condições normais – cadastros depurados e interligados, fiscalização efetiva e eficaz etc. –, erros e fraudes existem em qualquer sistema, dentro de margens razoáveis. Na Previdência – que agora se pretende fundir com a Receita

COM MEDIDAS ELEMENTARES, DE NATUREZA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA, É POSSÍVEL REDIMENSIONAR INTEIRAMENTE O PROPALADO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

Federal, um equívoco monumental, uma verdadeira irresponsabilidade – os erros e fraudes chegam a parecer a regra, e quase não se passa uma semana sem que nos deparemos nos jornais com a descoberta de mais uma quadrilha. Divulgou-se, recentemente, que o Ministério da Previdência estava publicando o décimo edital de suspensão de benefícios em razão de não recadastramento pelo Censo Previdenciário. Só desta vez eram 147.178 aposentados e pensionistas. Tem-se falado muito, também, no auxílio-doença e na aposentadoria por invalidez. Os gastos com auxílio-doença saltaram de R\$ 2,5 bilhões em 2002 para R\$ 12,5 bilhões em 2005. A alteração no cálculo do benefício teria estimulado as fraudes; 52% dos benefícios são superiores ao último salário. 20% das aposentadorias são por invalidez (25% no setor público), o que, além do mais, assegura a isenção do Imposto de Renda. Esses dois tipos de benefícios representam algo em torno de 14% do número de contribuintes, o dobro da taxa mundial. Até pouco tempo atrás, a maior parte das perícias eram terceirizadas, onde a taxa de reconhecimento ao benefício é muito maior do que entre peritos do quadro permanente, cuja carreira – a exemplo de tantas outras no Serviço Público – foi esfacelada.

Até aqui, como se vê, com medidas elementares e permanentes, de natureza contábil e caráter administrativo, já é possível redimensionar inteiramente o propalado déficit previdenciário. Mas – note-se – não se entrou ainda na análise econômica propriamente dita. É que a vitalidade destas contas depende essencialmente do desempenho da economia e das relações de trabalho. Sempre que há aceleração do crescimento, ainda que modesta, reduz-se o déficit oficial. O País viveu quase uma década de contração da renda real média do trabalhador e de queda da participação da renda do trabalho no PIB, o que torna improvável a viabilidade de qualquer tipo de sistema previdenciário, em qualquer país do mundo. Como se isso não bastasse, é bom lembrar que o grau de informalização da mão-de-obra no Brasil, que tem diminuído, ainda ultrapassa

os 50%. É quase insustentável, assim, manter um sistema em que o não-contribuinte de hoje é o beneficiário de amanhã.

Sem dúvida, a opinião pública foi envenenada no debate sobre a Previdência, para o que contribuíram decisivamente uma certa concepção – puramente ideológica – de Estado, de sistema econômico e, sobretudo, setores ávidos de abocanharem esta formidável fatia da poupança potencial nacional. Em diferentes épocas, já havíamos transferido para o mercado – ao menos ao nível das classes abastadas e médias – a tarefa de prover educação e saúde para a população, o que também, em certo sentido, já ocorreu com a segurança, cada vez mais privada e menos pública. Com a Previdência, vem ocorrendo fenômeno semelhante, o que não significa que a previdência complementar não possa ter considerável importância. Mas – acredito – dentro do que lhe cabe, como complementar, precisamente.

E, por fim, a primeira das reflexões. Adotou-se um discurso segundo o qual a função previdência tem de apresentar resultado equilibrado ou superavitário. Nessa mesma linha de raciocínio, poder-se-ia segmentar as ações do Estado e avaliar sua viabilidade ou conveniência sob a mesma ótica: bastaria que se separassem recursos e destinações específicos. Neste caso, caberia perguntar, por exemplo: a educação é superavitária? Qual será o critério para medir esse resultado, meramente financeiro, orçamentário? Se ela for deficitária, o Estado deverá deixar de envolver-se com o problema?

Em outras palavras, não há nenhum pecado, nenhuma teoria econômica que diga que recursos do orçamento fiscal não possam cobrir déficits previdenciários ou, mesmo, da seguridade social. O alcance e especificidade do financiamento e da atuação do Estado será, sempre, em última análise, uma questão política, e por ela passam, por exemplo, decisões sobre a valorização do salário mínimo e as transferências de renda para as pessoas enquadradas como pobres ou miseráveis.

A Previdência não está falida, nunca esteve. O Estado, ou melhor, a sociedade é que pode ter percepções diferentes. ■

ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI é contador, economista, professor da Universidade de Brasília - UnB e especialista em Planejamento Governamental pela Universidade de Paris I. Possui diversas obras publicadas nas áreas de contabilidade e administração pública e, além de consultor legislativo, atua como auditor em órgãos como Tesouro Nacional e CADE

EM BUSCA DA SIMPLIFICAÇÃO

Considerada um dos maiores empreendimentos do gênero na capital do Espírito Santo, a Unicon - União Contábil ocupa 600 m² em prédio localizado no centro de Vitória e conta com um quadro de 55 colaboradores, 70% deles com formação técnica e profissional. Com 28 anos de atuação no mercado contábil capixaba, a empresa atende hoje, entre seus 180 clientes, nomes como o laboratório Wyeth Whitehall, Baker Hughes do Brasil, EDS Eletronic, Brasympe Energia e Esso Brasileira de Petróleo. Ela integra o GBrasil desde 1999 e atende ainda em sinergia com a rede a Shell do Brasil, Intelig, Pinheiro Neto Advogados e Sara Lee Cafés do Brasil.

Seus sócios-fundadores, Rider Rodrigues Pontes, administrador, contabilista e pós-graduado em direito tributário, e Sandra Teixeira, contadora e pós-graduada em planejamento tributário e auditoria, são defensores ferrenhos da simplificação dos trâmites entre empresas e governo. Rider, por exemplo, sempre manteve estreito relacionamento com entidades e órgãos ligados ao setor para os quais tem se dedicado com afinco na defesa da tese de eliminação do excesso de burocracias. Como ex-presidente e atual vice-presidente institucional do Sescon-ES (sindicato que reúne as empresas contábeis no Estado) ele tem participado

de modo proativo das reuniões com a Secretaria Estadual da Fazenda, contribuindo com o órgão para otimizar os processos de relacionamento com o contribuinte e minorar penalidades inexecutáveis por parte dos empreendedores, em especial, os de pequeno e médio portes.

A formação e educação continuada da equipe têm sido premissas básicas no planejamento estratégico da Unicon. A organização contempla bolsas de ensino totais ou parciais a todos os colaboradores interessados em investir na carreira. Estão inclusos desde o auxílio na etapa de graduação, até custeio de pós-graduação e cursos diversos de especialização para as áreas de contabilidade, finanças, administração e auditoria. Outro item prioritário no planejamento da empresa é a construção de uma nova sede, com projeto arquitetônico inteligente voltado à essência do negócio. Para tal, a empresa já conta entre ativos patrimoniais o terreno adquirido em área nobre da capital.

Na atual estrutura, se alinham recursos humanos bem preparados e alta tecnologia. A empresa mantém 55 estações de trabalho em rede e quatro servidores que garantem alta performance e segurança no gerenciamento de dados. Para Rider, a integração ao GBrasil, há cerca de 8 anos representou crescimento tecnológico, profissional e estrutural. □



Rider Pontes e Sandra Teixeira Pontes, diretores da Unicon - União Contábil: defesa da desburocratização e simplificação dos processos entre contribuinte e órgãos de arrecadação

BREVE PERFIL



Razão Social - Unicon - União Contábil

Localização - Vitória - ES

Diretores - Rider Rodrigues Pontes, 56 anos, e Sandra Teixeira, 47 anos

Nº de empregados - 55, sendo 37 deles contadores e técnicos

Nº de clientes - 180

Principais clientes - Wyeth Whitehall, Baker Hughes do Brasil, EDS Eletronic, Brasympe Energia e Esso Brasileira de Petróleo, Intelig, Pinheiro Neto Advogados, Sara Lee Cafés do Brasil, Shell do Brasil

Website - www.unicon.com.br

ÊNFASE EM SAÚDE E SERVIÇOS

A RG Contadores Associados, localizada no centro de Florianópolis, quase dispensa apresentações nos contextos profissional e mercadológico, nos quais credibilidade e domínio técnico são essenciais para se garantir êxito. Seu sócio-fundador, contador Nilson José Goedert, é o atual presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRC/SC, órgão normatizador e regulador da atividade. Graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Nilson obteve especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e formação em consultoria pelo Instituto de Estudos Avançados - IEA. Junta-se a ele nesta sociedade o irmão Nilton Joel Goedert, também contador, especializado em Contabilidade Gerencial e Custos e Desenvolvimento Gerencial.

Criada há 22 anos, a RG detém uma carteira de 220 clientes, 65% organizações do setor

de serviços. Neste grupo estão várias empresas de saúde como clínicas médicas, hospitais, laboratórios e entidades afins. Destacam-se a Unimed Florianópolis, a Associação Catarinense de Medicina, o Laboratório Santa Luzia e o Instituto São José. A empresa contábil também tem forte presença nos segmentos de construção civil, cooperativas, publicidade e entidades sem fins lucrativos. Integra o GBrasil desde agosto de 2002 e considera a adesão um passo importante. "Demos um salto de qualidade, sistematizando cada vez mais nossos trabalhos e nos alinhando em termos de tecnologia e de relacionamento com cliente e equipe interna", comenta Nilson.

A empresa conta com 66 colaboradores e tem investido de modo sistemático na atualização de conhecimentos de seu quadro de técnicos e profissionais, grande parte com sólida formação na área. O objetivo é habilitar seus especialistas a gerar informações de alta qualificação, que possam subsidiar e respaldar as ações de negócio dos clientes em seus respectivos mercados. Entre os projetos da RG a médio prazo está a construção de uma nova sede, ampliando sua área útil dos atuais 360 m² para 1.200 m². O projeto prevê, além de estrutura voltada para otimização do fluxo operacional, amplo auditório para treinamentos e eventos especiais. Outro desafio da empresa, a curto prazo, é a participação de colaboradores no quadro social da empresa, como forma de valorizar e integrar os postos-chave do negócio. □



Acima, Nilson José Goedert, sócio-fundador da RG Contadores e atual presidente do CRC/SC. Na foto abaixo, um dos departamentos da empresa, considerada uma das três maiores de SC

BREVE PERFIL

Razão Social - RG Contadores Associados

Localização - Florianópolis - SC

Diretores - Nilson Goedert, 51 anos e Nilton Goedert, 44 anos

Nº de empregados - 66

Nº de clientes - 220

Principais clientes - Unimed Florianópolis, Associação Catarinense de Medicina e Laboratório Médico Santa Luzia

Website - www.rgcontadores.com.br



RG CONTADORES
ASSOCIADOS

DUAS GERAÇÕES E 30 ANOS DE HISTÓRIA

A família Pedrosa, em Goiânia, está construindo história no mercado de contabilidade da região Centroeste do Brasil. A Contac Contabilidade surgiu na capital de Goiás com o casal de contadores Agostinho e Rosângela Pedrosa e hoje, 30 anos após esta iniciativa, ostenta o título de maior organização do setor no Estado e para o qual têm contribuído de modo decisivo seus três filhos: Marcus Vinícius, Alessandro e Anderson. A segunda geração foi incorporada ao negócio sob critério absoluto da competência. O empreendimento, que atende hoje 268 clientes, grande parte de referência regional e nacional, está estruturado em três grandes diretorias: a de Informática, ocupada por Marcus Vinícius, 29 anos, graduando em Ciência da Computação; a Administrativa-Financeira, nas mãos do administrador Alessandro, de 26 anos, e a Executiva, sob a responsabilidade de Anderson, de 24 anos, contador, pós-graduado em Auditoria e Controladoria pela Universidade de Brasília - UnB.

A união de gerações tem resultado em um negócio coeso e de alto grau de modernidade. Os filhos auxiliaram na introdução de novas tecnologias e de uma nova visão de mercado, tão vital para a oxigenação das corporações e nem sempre observada pelas lideranças. Com eles está um exército de colaboradores. São ao todo 112 pessoas, 61% delas contadores e técnicos submetidos periodicamente a treinamentos e cursos de atualização. Este trabalho ocorre quase 100% nas dependências da empresa, que mantém em seus 1.200 m² de área um auditório onde são promovidos também workshops e treinamentos para clientes. A estrutura tecnológica não fica atrás: detém uma rede de 106 computadores e um sistema próprio em Delphi/Java e banco de dados Oracle, mantidos por uma equipe de programadores.

Dos 268 clientes, 18% são indústrias, entre elas a Monsanto, Belgo Mineira, Café do Ponto e Fertilizantes Aliança. No segmento de comércio, que representa 46% da carteira, destacam-se nomes como o Hipermercado Moreira e CTIS Informática. Importante lembrar que a



Acima, o casal Agostinho e Rosângela Pedrosa: primeira geração de empreendedores

própria Associação Comercial e Industrial de Goiás terceiriza sua contabilidade com a Contac. No setor financeiro, a empresa atende a Fininvest, e no de telecomunicações, a Intelig, Telemar e Oi. Estas últimas, por meio da aliança com o GBrasil, do qual a Contac faz parte desde 1999. Uma união que rendeu muitos frutos na opinião de Agostinho Pedrosa. “Houve um grande intercâmbio de informações e experiências, o que nos ajudou a agilizar o crescimento”, relata o empresário, que também ambiciona incluir a contabilidade pública entre os serviços oferecidos pela Contac. □

BREVE PERFIL

Razão Social - Contac Contabilidade

Localização - Goiânia - GO

Diretores-Presidentes - Rosângela Pedrosa, 46 anos, contadora, e Agostinho Pedrosa, 52 anos, contador

Nº de empregados - 112, sendo 68 deles contadores e técnicos

Nº de clientes - 268

Principais clientes - Monsanto, Belgo Mineira, Café do Ponto, Fertilizantes Aliança, Associação Comercial e Industrial de Goiás, Shell do Brasil

Website - www.contacnet.com.br



DESAFIOS EM PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Como Estado integrante do Projeto Malhas, da Petrobrás, que duplicará a oferta de gás natural no País, Sergipe abriga hoje vários empreendimentos, como fomentadores e operadores dessa modelagem de negócio. Este ousado projeto, de 3.120 km de gasoduto, conta com a contribuição da Sercon Serviços Contábeis, criada há 26 anos em Aracaju e que vem, em aliança com outras empresas do GBrasil, prestando serviços para a Nova Transportadora Sudeste e Nordeste (NTS e NTN). As duas sociedades de propósito específico são responsáveis pela captação de recursos e viabilização do projeto. Por lei, elas devem ser independentes, em termos administrativos e técnicos, e ter balanços e demonstrações contábeis publicados periodicamente. O desafio vem sendo abraçado com afincamento pela Sercon, que também administra hoje, em outra frente, a folha de pagamentos da Prest Perfurações, uma empresa com mais de 500 trabalhadores e dedicada a prestar serviços para a Petrobras, em Sergipe.

Neste menor Estado da federação, a Sercon tem se envolvido com grandes projetos de atendimento, muitos deles ligados ao GBrasil, tais como Belgo Siderúrgica, Óticas Diniz e Nagem Informática, a



A empresária contábil Susana Souza Santos Nascimento, à esquerda, e a equipe Sercon, em Aracaju – 80% composta por técnicos e profissionais

BREVE PERFIL

Razão Social - Sercon Serviços Contábeis

Localização - Aracaju - SE

Diretores - Susana Souza Santos

Nascimento, 37 anos, contadora,

Jonas dos Santos, 73 anos, contabilista e advogado

Nº de empregados - 30, sendo 24 contadores, técnicos e estagiários

Nº de clientes - 170

Principais clientes - Belgo Siderúrgica, NTN e NTS, Nagem Informática, Óticas Diniz, Associação Comercial de Sergipe e FLF Distribuidora

Website - www.sercontabil.com.br



maior varejista de produtos de informática no Nordeste Brasileiro. De seus 170 clientes, 65% são comércio e 31% empresas de serviço. Entre as organizações sem fins lucrativos atendidas pela empresa contábil, inclui-se a Associação Comercial de Sergipe, entidade que responde e dá suporte à principal atividade econômica de Aracaju: o comércio.

A equipe de 30 colaboradores da Sercon apresenta um índice surpreendente de profissionalismo: 80% são técnicos e profissionais da área, sendo 11 graduados, 11 técnicos e 2 estagiários de contabilidade. À frente desta equipe está a diretora executiva da empresa, Susana Souza Nascimento, contadora e pós-graduada em Gestão de Pessoas. Junto a ela, o pai e sócio-fundador da organização, Jonas dos Santos, compartilha experiência e as decisões estratégicas do negócio considerado um dos principais do Estado e destacado pelo Sescap (sindicato que reúne as empresas contábeis em Sergipe) com o Diploma de Mérito Profissional. Esta qualidade também está estampada na estrutura, com 500m² e 32 computadores em rede atendidos por dois servidores. Além da Sercon, Susana dirige a Stactus Informática, dedicada a implantar sistemas financeiros em empresas de pequeno e médio porte. “Esta é uma forma de alinharmos a tecnologia e a base de dados do cliente ao serviço contábil”, afirma a empresária. □

O ESTRANGEIRO NO BRASIL

A entrada e permanência no País sujeitam o estrangeiro ao recolhimento do imposto de renda e ao cumprimento de obrigações fiscais

LUCILDA BEZERRA

Informação é a palavra-chave para quem decide vir morar ou trabalhar no Brasil, pois a entrada e permanência no País sujeitam o estrangeiro ao recolhimento do imposto de renda e ao cumprimento de obrigações fiscais. Há regras especiais previstas na legislação brasileira, em que o conceito de Residência Fiscal é o ponto de partida para a definição do tratamento tributário dos rendimentos de estrangeiros.

Os rendimentos pagos por empresas no Brasil a não-residentes estão sujeitos à tributação exclusiva na fonte. Já os rendimentos pagos por empresas no exterior não estão sujeitos à tributação enquanto o estrangeiro mantiver a condição de não-residência.

Por sua vez, a pessoa física não-residente no Brasil não está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual à Secretaria da Receita Federal, mas está obrigada à entrega da Declaração de Isento, caso seja inscrita no CPF por possuir no Brasil bens e direitos sujeitos a registro público, tais como imóveis, veículos, embarcações, aeronaves, participações societárias, contas-correntes bancárias, e aplicações no mercado financeiro ou de capitais.

Quando caracterizada a condição de residente fiscal no Brasil, os rendimentos pagos ao estrangeiro, tanto por fonte nacional como por fonte no exterior, serão tributados de acordo com as normas aplicáveis aos brasileiros. Os rendimentos recebidos de fonte pagadora no Brasil sujeitam-se à retenção do imposto de renda na fonte. Já os rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior estão sujeitos ao Imposto de Renda sob a forma de recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), e na Declaração de Ajuste Anual. Em ambos os casos, o imposto é calculado com base

na Tabela Progressiva. O imposto sobre os rendimentos recebidos de fontes no exterior, pago nos países com os quais o Brasil possui reciprocidade de tratamento ou Acordo Internacional, poderá ser compensado com o imposto devido no Brasil, desde que não seja compensado ou restituído no exterior.

A pessoa física que adquirir condição de residente estará obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual a partir do ano-calendário em que se implementou a referida condição. Poderão ser deduzidos os gastos com despesas médicas e despesas com instrução, pagas no Brasil e/ou no exterior. A comprovação dos rendimentos recebidos e dos pagamentos efetuados no exterior será exigida através da apresentação dos comprovantes traduzidos para o português por tradutor juramentado.

No campo “Declaração de Bens e Direitos” da Declaração de Ajuste Anual devem ser relacionados, pormenorizadamente, os bens móveis e imóveis, e os direitos e obrigações que, no Brasil ou no exterior, constituam o patrimônio da pessoa física e de seus dependentes na data em que ficou caracterizada a condição de residente no Brasil.

A pessoa física residente no Brasil que se retirar em caráter permanente do território nacional, no curso do ano-calendário, fica obrigada a apresentar, na data da saída, a Declaração de Saída Definitiva do País, relativamente ao período de 1º de janeiro até a data em que esta ocorrer. Havendo imposto devido, este deverá ser recolhido em quota única até a data prevista para a entrega da referida Declaração. ■

LUCILDA BEZERRA é gerente da Domingues e Pinho Contadores|GBrasil, unidade Rio de Janeiro

DECLARAÇÃO EXIGE TRABALHO PROFISSIONAL

Em 2006, foram retidas na chamada “malha fina” 746 mil declarações de Imposto de Renda Pessoa Física

(*) MÁRIO MATEUS E PEDRO COELHO NETO

O alto número de retenções de IRPF divulgado pela Receita Federal evidencia a necessidade de se fazer racional e legalmente a declaração, sob risco do dissabor de ter que justificar detalhadamente dados incoerentes e contraditórios, prolongando o recebimento da restituição e sujeitando-se a penalidades.

O último lote da restituição foi liberado no início de dezembro. Quem não está incluído neste lote pode estar na “malha fina”, devendo aguardar os lotes de restituição residual, os quais, como informado pela Receita, começam a ser liberados em janeiro, após os acertos e ajustes legais que se fizerem necessários.

A maior parte dos contribuintes com declarações retidas apresentaram dados incorretos. Na hora da elaboração, apresentaram informações inconsistentes ou em campos indevidos, fazendo da declaração uma forte candidata à “malha fina” e pela qual o contribuinte terá a obrigação legal de se justificar.

Isso se dá, basicamente, devido à falta de experiência e à desinformação do declarante. Ele opta por fazer sua própria declaração, sem conhecimento suficiente para tal, ou decide confiar esse trabalho a alguém próximo que, na verdade, não é um profissional preparado.

O profissional qualificado para a execução dessa tarefa necessita de várias informações. Primeiro, é preciso que ele detenha bom conhecimento da legislação para analisar qual o modelo de declaração que o contribuinte está obrigado a fazer: o completo ou o simplificado. Isto é vital para que se realize o trabalho de modo bem-sucedido e racional. O conhecimento da legislação também possibilita gerar ao contribuinte uma expressiva economia tri-

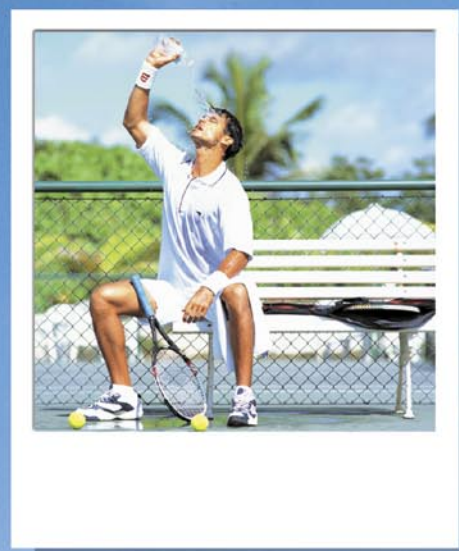
butária, de forma amparada por lei.

Segundo, é preciso também que se tenha um sólido conhecimento contábil, para uma análise financeira criteriosa da evolução patrimonial através da demonstração da origem e aplicação dos recursos, que é o método principal utilizado pela Receita Federal para “checar” as declarações. Sem conhecimentos racionais e científicos da Contabilidade, dificilmente se conseguirá obter uma correta análise financeira da evolução patrimonial.

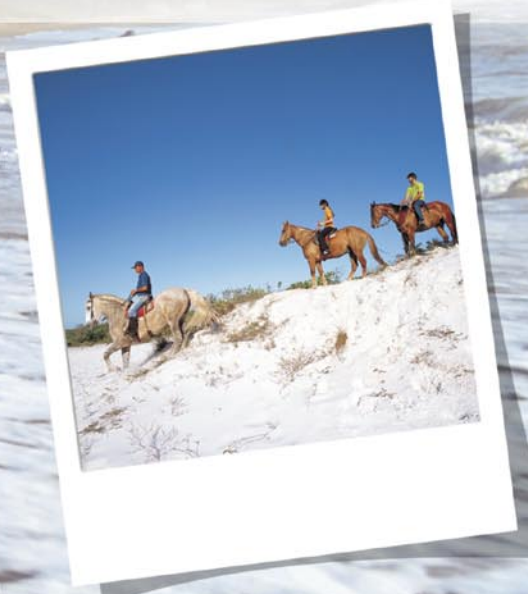
Um profissional preparado irá observar outros pontos relevantes. Por exemplo, a compatibilidade das informações da DIRF - Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte e dos informes de rendimento. O mesmo se aplica à movimentação bancária e à CPMF, às doações e ao ITCD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação. Não se pode deixar de mencionar, ainda, a alienação de um bem imóvel durante o ano-base, com ganho de capital, em que o pagamento do imposto deveria ter ocorrido até o último dia útil do mês seguinte ao do ganho, e muitas vezes o contribuinte deixa para pagar na hora de fazer a declaração de ajuste, em abril, gerando multa e juros.

Essas ocorrências podem se transformar em ganhos ou perdas para o contribuinte e, por esse motivo, na hora de fazer declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física é necessário buscar amparo em profissional habilitado. O contribuinte precisa ser guiado de forma segura e dinâmica por este labirinto de obrigações e legislações que é o sistema tributário nacional. ■

PEDRO COELHO NETO e MÁRIO MATEUS são empresários contábeis e membros do Conselho Editorial da *Gestão Empresarial*



WWW.COSTADOSAUIPE.COM.BR



UM DESTINO COM MUITAS POSSIBILIDADES!



A saúde física se confia ao médico. A financeira e patrimonial, ao contador.

**Cuide-se: Dia 30 de abril é o prazo final
para a entrega de sua declaração
de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF.
Oriente-se com um especialista no assunto.**

Mário Mateus ▶
Belo Horizonte, MG



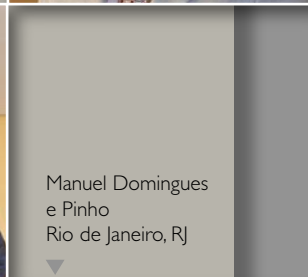
Julio Linuesa ▶
São Paulo - SP



Pedro Coelho Neto ▶
Fortaleza - CE



Manuel Domingues
e Pinho
Rio de Janeiro, RJ
▼



▲
Maria Inês Koche
Palmas, TO



◀ Giovani Mainhardt
Joinville, SC

